

Boletim Evoliano

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas.

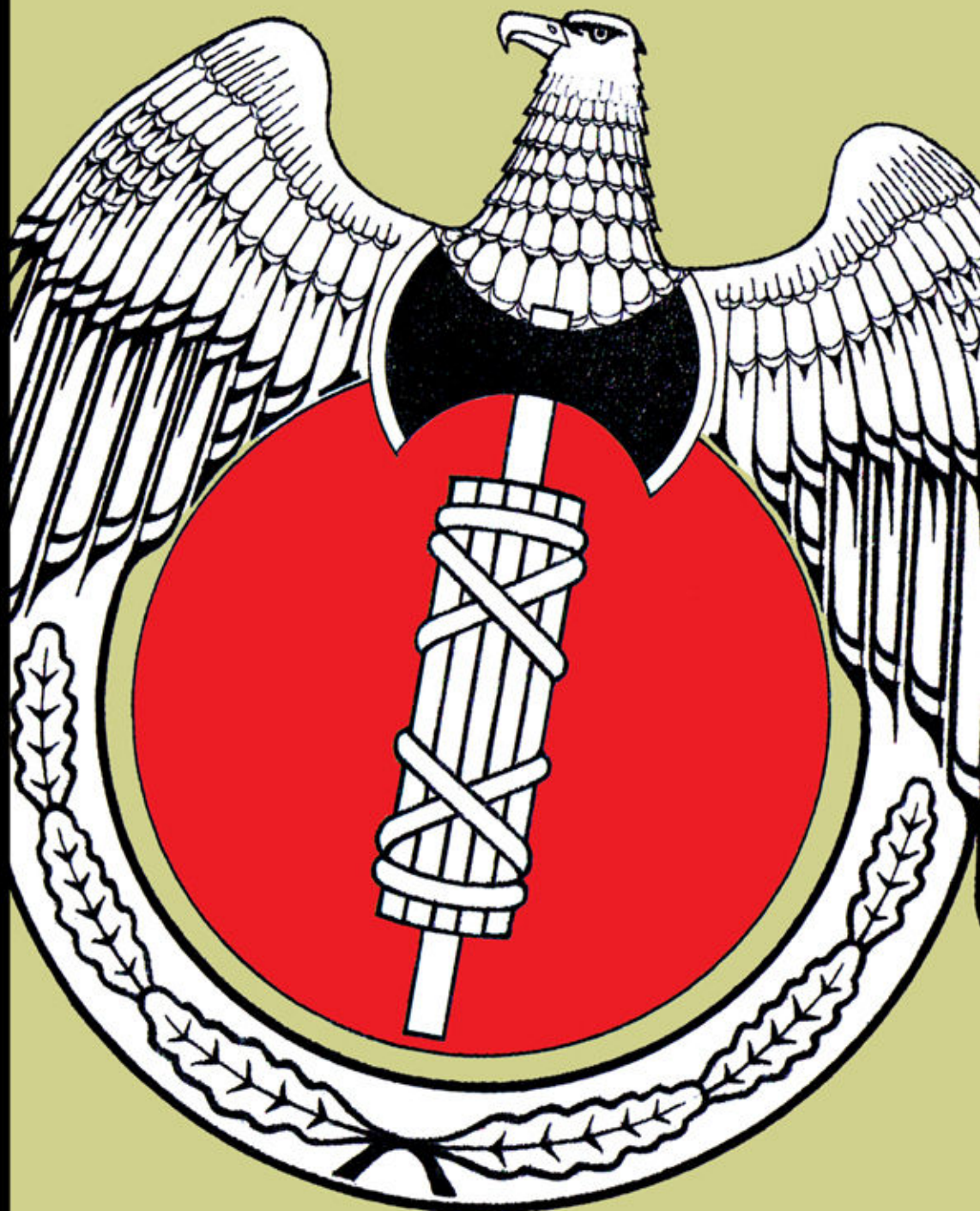
Neste número:

Evola e a
Liberdade

Fidelidade à
própria natureza

A Ordem da
Coroa de Ferro

José António
e Codreanu:
Mártires do Ideal



Símbolos da Tradição

A Acha

#03

JAN. - ABR. '08

Editorial

“Somos nós que nos fazemos imortais, pois de contrário perecemos como tudo o que muda”, diz-nos Marcos Ghio, professor do Centro de Estudos Evolianos da Argentina que escreve o artigo “Evola e a Liberdade”. Ghio fala-nos do idealismo mágico do Mestre, tema que ele abordou na sua “falhada” tese doutoral. Apesar de ir contra as correntes filosóficas da época, optou mesmo assim pela Liberdade de se manter fiel a si mesmo. Evola, encontra nas doutrinas orientais a essência do eu, o poder interior e descobre uma vontade que ele aceita como inata, em potência, cabendo ao homem diferenciado utilizar essa força de destino para opor-se, influenciar ou ultrapassar as contingências históricas. O estar presente sem ser arrastado, convertido, diminuído, igualado e por fim eliminado. Um homem assim faz o que tem de ser feito:

*“Encara dor, prazer e ganho e perda
e vitória e derrota, como iguais
e lança-te na frente de batalha:
desta maneira evitarás pecar”*
(Bhagavad-Guita)

Em “Fidelidade à própria natureza”, texto escrito por Evola no ano de 1943, voltamos à mesma temática recorrente de quem escreve e estuda sobre a Tradição, ou seja, abordando variadíssimos temas girando sempre em torno de um centro, falando de tudo e da mesma coisa, da imutabilidade da ética tradicional em oposição aos devaneios modernistas isentos de qualquer princípio superior, que conduzem à perda das qualidades do carácter, a uma debilitação do sentimento de dignidade, de honra, de verdade, de rectidão e de lealdade.

Cada ser tem, com o nascimento, uma “natureza própria”, o que equivale dizer um rosto, uma qualidade, uma personalidade, sempre mais ou menos

diferenciada. Nasce-se incontestavelmente com certas tendências, com certas vocações e inclinações, que afloram e saem à superfície em determinadas circunstâncias e provas. O ponto essencial da ética tradicional é “ser tu mesmo e permanecer fiel a si mesmo”.

São também estes princípios que “A Ordem da Coroa de Ferro” idealizada por Julius Evola vem mais uma vez por em evidência: “O fundamental para o homem da Ordem é, pelo contrário, em primeiro lugar, um modo de ser; em segundo lugar, uma dada visão da vida concebida como expressão desse “ser”; em terceiro lugar, os elementos de estilo para um comportamento pessoal de rectidão e de coerência da existência e a norma para o domínio da acção.”

Também neste número a Acha, símbolo de poder e força.

E ainda um brilhante texto escrito por um nosso camarada onde os “Mártires do Ideal”, José António e Corneliu Zelea Codreanu, continuam supremos exemplos entre as nossas hostes. Todos os solstícios de Inverno os camaradas mortos pelo Ideal são cerimonialmente recordados. Para todos um eterno: *Presente!*

Não estamos a fazer prosa por fazer nem nos preocupa, demasiado, certas interpretações alheias que possam fazer de nós. Já escrevemos o que nos motivou a dar início a este processo: a partir de uma abordagem marcial-filosófica foi-se construindo de uma forma amadora um pequeníssimo grupo que foi sonhando que um dia poderia ser uma Ordem: hierárquica, antidemocrática, anti-igualitária, anti-proletária e anti-burguesa (mas não de um anti-burguesismo invejoso próprio de párias).

Combater a mentalidade burguesa de cima com superioridade e até com algum desdém mas nunca com inveja, com complexos mal disfarçados. E se ingenuamente, com demasiada boavontade, pensávamos que poderíamos ultrapassar certos obstáculos com mera camaradagem, leituras filosóficas, etc., erra-

mos completamente pois negligenciamos o que Evola escreveu: “Cada ser tem, com o nascimento, uma “natureza própria”, o que equivale dizer um rosto, uma qualidade, uma personalidade, sempre mais ou menos diferenciada. (...) Nasce-se incontestavelmente com certas tendências, com certas vocações e inclinações, que afloram e saem à superfície em determinadas circunstâncias e provas.”

O Boletim Evoliano foi uma espécie de sequência lógica por que embora com erros de percurso na Legião Vertical, fizemos (e pretendemos continuar a fazê-lo) aproximar-se de nós gente que entendeu “o sonho” e como não havia qualquer amizade ou familiaridade connosco foi precisamente a Ideia que fez e tem feito vir até nós, das mais variadas formas, gente de bem, com qualidade, pessoas normais (num meio de um ninho de cucos) que felizmente por um “qualquer” processo da natureza acaba por juntar os Iguais.

“Suum cuique tribuere”

ÍNDICE	
Editorial	2
Evola e a Liberdade	3
Fidelidade à própria natureza	5
A Ordem da Coroa de Ferro	8
Símbolos da Tradição: A Acha	10
José António e Codreanu: Mártires do Ideal	13

FICHA TÉCNICA	
Número 3	
1º quadrimestre 2008	
Publicação quadrimestral	
Internet: www.boletimevoliano.pt.vu	
Contacto: boletimevoliano@gmail.com	

Opinião

Evola e a Liberdade

Marcos Ghio

A recente alocução do licenciado Leandro Pinkler, por ocasião da apresentação da obra de Julius Evola “A Superação do Romantismo”, permite-nos fazer uma série de considerações adicionais a este respeito.

Disse-nos Pinkler, e com razão, que numa época caduca e crepuscular como esta que vivemos, dificilmente poderá um autor como Evola tornar-se uma figura de renome e de referência nos centros académicos do sistema.

Permitam-me acrescentar algumas ideias a este respeito, referindo-me de forma especial a um facto recentemente acontecido em Itália, país de origem do nosso autor.

Foi há poucos meses atrás reeditado nesse país um texto juvenil de Evola: “A Fenomenologia do Indivíduo Absoluto”. Dita obra, de cerca de trezentas páginas, constitui a segunda parte de um texto de maior envergadura, “A Teoria do Indivíduo Absoluto”, que constitui a falhada tese doutoral de Evola. Apesar de ter contado com o apoio de uma autoridade de renome da altura – Benedetto Croce –, a mesma não obteve sucesso, por ter sofrido o boicote do meio universitário da época, que questionava em Evola certos interesses não estritamente “académicos” e “científicos”, tais como a magia e as filosofias orientais. Primava nesta altura, através de Giovanni Gentile, a filosofia de Hegel, segundo a qual estas formas de pensamento estavam já “historicamente superadas”, pertencendo apenas a uma fase infantil, fantasiosa e prévia ao saber filosófico absoluto que tinha atingido no Ocidente a sua plenitude, sendo prova disso os grandes êxitos políticos, militares e tecnológicos obtidos pelo Ocidente sobre o Oriente.

Mas como os tempos mudam, hegelianamente, foi possível reeditar-se esta obra escrita por Evola há mais de 80 anos (quando tinha apenas 25 anos de idade). E o que é

mais notável ainda é o facto de a mesma ter sido prologada por um conhecido professor universitário italiano que a precedeu do elogioso título “Evola, o filósofo da liberdade”. Como seria de esperar, tal afronta ao saber convencional do regime (que considera o nosso autor um pensador perigoso e inconveniente que deve ser aprisionado num gueto ou num *gulag* a fim de não contaminar o estado saudável do nosso meio intelectual), não pôde ser admitida sem uma consequente resposta rectificadora, que não tardou a aparecer por parte de uma das principais guardas pretorianas do sistema – o matutino milanês *Corriere della Sera*. Segundo o *Corriere*, querer vincular um autor que apoiou aberrações tão grandes como o fascismo e o racismo, com o conceito de liberdade, uma das grandes conquistas dos últimos tempos, é uma verdadeira hipérbole. Simplificando: as épocas e as modas mudam, mas as atitudes são sempre as mesmas; através das suas diversas condenações e perseguições o mundo moderno persiste, seja durante a época da filosofia “fascista”, como agora na que impeira a “antifascista”.

No entanto, nós que não lemos esse prólogo, consideramos que foi

muitíssimo acertado considerar a liberdade como o eixo central da filosofia evoliana, o que trataremos de ressaltar aqui brevemente.

Na época em que nas universidades italianas vigorava o pensamento idealista hegeliano sustentado principalmente pelo filósofo oficial do regime fascista de então, Giovanni Gentile, considerava-se que o eu, o sujeito, se encontrava determinado por um sistema para o qual o real, manifestado através do que triunfava historicamente, era o racional perante o qual ele se devia subordinar numa atitude fatalista e passiva que mediatizava assim a liberdade essencial do sujeito. Dita postura determinista não apenas se manifestava numa aceitação obtusa do regime político vigente, já que havia triunfado e portanto representava a manifestação da razão, mas também na recusa das formas de pensamento não ocidentais na medida em que o Ocidente, através da sua ciência e da sua tecnologia tinha demonstrado ser bem sucedido e vitorioso em relação ao Oriente místico e metafísico, o qual havia sido rapidamente liquidado e colonizado pelas grandes potências ocidentais.

No entanto, o Ocidente, segundo Evola, tinha apenas conseguido obter



um domínio exterior e secundário; o mais importante, o poder interior – o mais característico do eu –, continuava a ser algo em que o Oriente mantinha a primazia, não porque tal fosse algo de específico de tal civilização, mas sim porque nela os princípios tradicionais tinham sobrevivido em maior medida. Por isso, à técnica moderna opôs a tradicional, que consistia na magia e que se encontrava ainda presente em certas concepções orientais; e ao idealismo hegeliano, que subordina o sujeito à “história” tornando-o mera “mediação” da mesma, opôs o idealismo mágico, segundo o qual o eu assume-se como uma potência infinita que cria a própria “realidade”. O eu como potência infinita supera todos os limites finitos que o circundam, mesmo os próprios da temporalidade e da história pelos quais o homem está condenado a existir contra a própria vontade, tendo sido lançado a uma existência determinada sem ter sido nunca consultado e estando assim “condenado a viver”.

Segundo Evola o eu sente pelo contrário esta vida como uma escolha efectuada antes da própria existência, como uma prova e uma medida que ele mesmo se auto-impõe em função de uma meta superior, que é forjar uma alma imortal. A liberdade implica portanto hierarquia e selecção; o sujeito encontra-se longe da massificação moderna a que conduzem os diferentes determinismos segundo os quais somos todos iguais, quer politicamente, já que valemos um voto cada, quer também “metafisicamente”, na medida em que todos nascemos com uma alma imortal. Ser livre é, pelo contrário, a não-aceitação de qualquer limite ou determinismo. Somos nós que nos fazemos imortais, pois de contrário perecemos como tudo o que muda. E da mesma maneira, tal como não existe um limite entre a minha escolha e a minha existência, tão-pouco o há entre o interno e o externo. Tornar-se imortal significa vencer-se a si próprio, fazer primar o espírito sobre a alma, fazer nascer em si próprio a dimensão superior, ultrapassar todas as barreiras – mesmo a que contrapõe o interior ao exterior – para fazer triunfar o superior sobre o inferior. A guerra santa interior exterioriza-se no

que é externo a si próprio na medida em que o eu se objectiva. A acção para se espiritualizar e espiritualizar o mundo transforma-se na mesma coisa. Por isso, o Evola esotérico e mágico que os meios convencionais do sistema académico vigente tanto repudiaram, ao ponto de não lhe aceitarem uma tese doutoral, será também o Evola político que redigirá o seu famoso “Imperialismo Pagão”, onde combate a democracia em todas as esferas, mas principalmen-

vam entre os universitários que recusaram a sua tese por anacrónica e ahistórica. Todos eles, com a rapidez de um galgo, mudaram de lado, actuando assim em concordância com a filosofia que tanto declamavam, adaptando as suas acções de acordo com o rumo dos acontecimentos. Foi assim que grande quantidade de fascistas acabaram por se tornar democratas num abrir e fechar de olhos (no entanto, convém destacar que Giovanni Gentile, train-

«O significado de ser livre é actuar de acordo com princípios e não porque a história ou a conveniência do momento o determinam. Trata-se de fazer o que tem de ser feito, independentemente do êxito ou do fracasso.»

te na originária de carácter espiritual, contra o cristianismo guelfo e convencional que, tal como o hegelianismo, exigia a subordinação do sujeito ao Estado, entendido como razão objectivada historicamente (neste caso específico tal subordinação era pretendida em relação à Igreja, enquanto instituição encarregue em exclusivo da salvação das almas).

As incisivas e combativas páginas da revista *La Torre*, na qual apela a uma superação do fascismo pelo suprafascismo, representarão um novo anátema por parte do sistema, quase tão duro como o da recusa da tese doutoral, levando à proibição da revista, por ter mais uma vez escolhido a liberdade.

Até que chegamos ao momento mais crítico da sua existência, quando se produz o começo do fim do movimento fascista. Se Evola tivesse actuado de acordo com o idealismo hegeliano, segundo o qual o eu deve-se reconciliar com a história, então em 1943, quando a “história” começava já a demonstrar que os ventos mudavam vertiginosamente de rumo, e que o fascismo estava prestes a deixar de ser um movimento de êxito para se tornar num movimento derrotado, com certeza que teria assumido a atitude de tantos outros fascistas, muitos dos quais se conta-

do ao menos por uma vez o seu hegelianismo, não o fez). Já Evola, que poderia muito bem ter alegado a seu favor a proibição antes mencionada, somando algum mérito ou “currículo” antifascista, decidiu, pelo contrário, apoiar decididamente o fascismo no momento em que este estava prestes a cair. É precisamente este o significado de ser livre: actuar de acordo com princípios e não porque a história ou a conveniência do momento, ou os interesses minúsculos das partes, o determinam. Trata-se de fazer o que tem de ser feito, independentemente do êxito ou do fracasso; a acção pela acção e não em função do resultado, algo que o moderno desconhece e que nunca poderá entender, acostumado como está a ver exclusivamente dados sensíveis e não princípios inteligíveis.

Ser livre e auto-suficiente e não um escravo feliz, como a maioria dos nossos contemporâneos, sedentos que estão de fama, de aplausos e de confirmações, para assim poderem edificar e sustentar o seu débil e enfermo eu, eis aqui o eixo do problema. É de esperar portanto que, enquanto os nossos tempos continuam a ser deste modo, consigamos evitar que Evola decore o panteão dos bons e cientificamente “sérios” personagens do sistema decadente e que Pinkler continue a ter razão.

Doutrina

Fidelidade à própria natureza

Julius Evola*

Hoje, mais do que nunca, seria preciso compreender que inclusive os problemas sociais, na sua essência, sempre remetem para problemas éticos e para uma visão geral da vida. Quem aspira resolver os problemas sociais sobre um plano puramente técnico, seria como um médico que unicamente se dedicasse a combater os sintomas epidérmicos de uma doença, em lugar de indagar e chegar até à raiz profunda do problema. A maior parte das crises, das desordens, dos desequilíbrios que caracterizam a sociedade ocidental moderna, em parte dependem de factores materiais, ao menos na mesma medida também dependem da silenciosa substituição de uma visão geral da vida por outra, de uma nova atitude com respeito a si mesmo.

Na ordem das coisas que aqui queremos tratar, tem um destaque particular a oposição existente entre a ética “activista” e individualista moderna e a doutrina tradicional e o seu espaço dedicado à “própria natureza”.

Em todas as civilizações tradicionais o princípio da igualdade da natureza sempre foi ignorado e considerado como uma aberração. Cada ser tem, com o nascimento, uma “natureza própria”, o que equivale dizer um rosto, uma qualidade, uma personalidade, sempre mais ou menos diferenciada. Segundo as mais antigas doutrinas clássicas, isto não é “casual”, mas é considerado o efeito de uma espécie de eleição ou determinação anterior ao estado humano de existência. A constatação da “própria natureza” não foi nunca o produto da sorte ou do azar. Nasceu incontestavelmente com certas tendências, com certas vocações e inclinações, que afloram e saem à

superfície em determinadas circunstâncias e provas. Frente a este elemento inato e distinto de cada um de nós, ligado ao nascimento, como sugerem as doutrinas tradicionais, há algo que vem de mais longe, e inclusive que precede o próprio nascimento.

E é aqui que se apresenta a oposição entre as “vias” e as “éticas”: as primeiras são tradicionais, as segundas são modernas. O ponto essencial da ética tradicional é “ser tu mesmo e permanecer fiel a si mesmo”. É preciso reconhecer e querer o que se é em vez de intentar realizar-se de maneira diferente ao que se é. Isso não significa passividade e quietismo. Ser tu mesmo sempre é, em

que de forma imperfeita, que o dever de outro bem executado. A morte cumprindo o próprio dever é preferível; o dever de outro tem grandes perigos.” Esta fidelidade ao próprio modo de ser alcançou um valor religioso: “O homem alcança a perfeição adorando aquele do qual procedem todos os viventes e que penetra todo o universo, através do cumprimento do próprio modo de ser.” E finalmente: “Faz sempre o que deve ser feito, de conformidade com a tua própria natureza, sem experimentar apego, porque o homem que actua com desinteresse activo alcança o Supremo”.

Tudo isto é horrível e insuportável para a civilização moderna, especialmente quando se faz alusão ao regi-

«Nada parecia mais digno que seguir a própria actividade natural, a tal ponto que quem se mantinha conforme à sua própria função e seguia a lei da casta tinha a mesma dignidade que o membro de qualquer casta superior: um artesão igual a um membro da aristocracia guerreira ou um príncipe.»

certa medida, uma tarefa, uma forma de “manter-se firme”. Implica uma força, uma determinação, um desenvolvimento. Mas esta força, esta determinação, este desenvolvimento, tem uma base, amplia as predisposições inatas, relaciona-se com um tipo de carácter, manifesta-se com traços de harmonia, de coerência consigo mesmo. O homem vai se construindo. As suas energias são dirigidas a potencializar e refinar a sua natureza e o seu carácter, a defender-se contra cada tendência estranha, contra cada influência que pretenda alterá-lo.

Assim a antiga sabedoria formulou princípios como este: “Se os homens fazem uma norma de acção não conforme à sua natureza, esta não deverá ser considerada uma norma de acção.” E também: “É melhor cumprir o próprio dever ainda

me de castas. Há que se recordar que a casta, em sentido tradicional, não tem absolutamente nada que ver com as “classes”; a classe é uma distribuição completamente artificial realizada sobre uma base essencialmente materialista e economicista, enquanto que as castas se relacionam com a teoria da “própria natureza” e a ética da fidelidade a si mesmo.

Reconhecendo a própria natureza, o homem tradicional também reconheceu o seu “lugar”, a sua função e as justas relações de superioridade e inferioridade. As castas ou os equivalentes das castas, antes de definir grupos sociais, definirão funções, modos típicos de ser e de actuar. O facto de que a casta correspondia às tendências inatas e aceites e à natureza própria dos indivíduos, determinou a sua pertença à

*Tradução de Cesar Ranquetat Jr.
(franquetat@yahoo.com.br).

casta correspondente, de modo que, nos deveres próprios da sua casta, cada um pode reconhecer o cumprimento normal da sua própria natureza. Por isso, no mundo tradicional, o regime das castas teve uma calma e uma serenidade institucional, evidentes aos olhos de todos, e não se assentou sobre nenhum exclusivismo, nem sobre abusos de autoridade ou sobre a vontade de uns poucos. O princípio romano bem conhecido: "*suum cuique tribuere*" expressa a mesma ideia: a cada um o seu. Na medida em que os seres eram considerados fundamentalmente desiguais, resultava absurdo que tudo fosse acessível a todos e a cada um; considerava-se que cada casta tinha

materialista e utilitarista nestas civilizações e sociedades esteve notavelmente reduzido e estava subordinado a valores mais altos, intimamente experimentados. Nada parecia mais digno que seguir a própria actividade natural, a vocação que realmente estivesse conforme ao próprio modo de ser, por humilde ou modesta que fosse: até tal ponto, que pode conceber-se que quem se mantinha conforme à sua própria função e seguia a lei da casta, cumpria com impessoalidade e pureza os deveres a ela inerentes, tinha a mesma dignidade que o membro de qualquer casta superior: um artesão igual a um membro da aristocracia guerreira ou um príncipe.

«Na desagregação própria deste tipo de civilização, também se produz a desagregação das artes que se convertem em simples trabalho. O antigo artífice ou artesão transforma-se em operário proletarizado»

os seus elementos e leis adequadas à sua função específica. Não possuí-las implicava uma desnaturalização e uma deformação.

As dificuldades que surgem para quem vive nas condições actuais, muito diferentes do sistema que estamos a descrever, relaciona-se com indivíduos que manifestam vocações e dotes diferentes das do grupo em que se encontram por nascimento. Num mundo "normal", ou seja, tradicional, tais casos são uma excepção e isso por uma razão precisa: porque naqueles tempos os valores de sangue, de raça e família foram reconhecidos de forma natural e por isso realizava-se, em grande medida, uma continuidade biológica hereditária, vocacional, de qualificações e de tradições. Precisamente, esta é a ética de ser si mesmo: reduzir ao mínimo a possibilidade de que o nascimento seja verdadeiramente uma casualidade e que o indivíduo se encontre desarraigado, em dissonância com o seu entorno, com a sua família e inclusive consigo mesmo, com o próprio corpo e a própria raça. Há ainda que assinalar que o factor

Daí também procede aquele sentido de dignidade, de qualidade e de diligência que se constata em todas as organizações e profissões tradicionais; daquele estilo que fazia um ferreiro, um carpinteiro ou um sapa-teiro não se apresentarem como homens embrutecidos pela sua condição, mas quase como "senhores"; pessoas que exercem a sua actividade com amor e entrega, dando-lhe sempre um toque pessoal e qualitativo, mantendo-se desapegados da preocupação por lucros e benefícios.

O mundo moderno, entretanto, optou por seguir o princípio oposto, a via de um esquecimento sistemático da natureza própria, a via do individualismo, do "activismo" e do carreirismo. O ideal já não é mais ser aquilo que realmente se é, mas construir-se, aplicar-se a cada actividade ao acaso, ou por considerações completamente utilitárias. Não é actuar com fidelidade e pureza ao próprio ser, mas usar todas as energias para ser o que não se é. O individualismo está na base de tais pontos de vista, ou seja, o homem atomizado, sem nome, sem raça e sem tradição,



apregoa logicamente a pretensão de igualdade, reivindica o direito de poder ser tudo o que qualquer outro também pode ser, e não reconhece a diferença mais verdadeira e justa que é construída por si mesmo, artificialmente, no seio de uma civilização materializada e secularizada. Como sabemos, este desvio chegou ao limite nos países anglo-saxões e puritanos. A Ilustração, a democracia e o liberalismo partilham esta visão. Alcançando-se um ponto em que para muitos, cada diferença inata e natural aparece como um feio elemento "naturalista", cada postura tradicional é julgada obscurantista, anacrónica e segue-se a ideia absurda de que tudo está aberto a todos, que se tenham iguais direitos e iguais deveres, que vale uma única moral comum para todos. É deste ponto de vista que procede a negação dos



valores do sangue, da raça e da família concebida tradicionalmente. Rigosamente poderíamos falar sem eufemismos de uma civilização composta pelos “excluídos das castas”, de párias felizes da sua condição.

Precisamente no marco de tal pseudo-civilização surgem as classes, grupos sociais que não têm nada que ver com as castas, carentes de base orgânica e verdadeiro sentido tradicional. As classes são agrupamentos sociais artificiais determinadas por factores extrínsecos e quase sempre materiais. As classes, têm quase sempre uma base individualista; é o lugar que recolhe a todos que atingiram uma mesma posição social, com independência daquilo que por natureza realmente são. Estes agrupamentos artificiais tendem a cristalizar-se, engendrando tensão inter-classista. Na

desagregação própria deste tipo de civilização, também se produz a desagregação das artes que se convertem em simples trabalho. O antigo artífice ou artesão transforma-se em operário proletarizado, cuja tarefa serve unicamente como meio de obter um ganha pão, que sabe pensar somente em termos de soldos e horas de trabalho e pouco a pouco vê despertar no seu interior necessidades artificiais, ambições e ressentimentos, posto que as “classes superiores” não mostram nenhum aspecto que justifique a sua superioridade, mas somente uma maior posse de bens materiais. Desta forma, a luta de classes é uma das consequências extremas de uma sociedade que se

porâneos resulta normal. Por isso se verifica o crescimento no mundo moderno de casos de indivíduos cheios de contradições, que ignoram o que significa viver, que não sabem o que querem mais além dos bens materiais.

Os que habitualmente falam em problemas sociais e predicam justiça social, deveriam preocupar-se mais intensamente com os problemas éticos e de visão geral da vida, se desejam ter êxito na luta contra os males que de boa fé combatem.

O ponto de partida de um processo de rectificação não pode partir da absurda ideia classista, mas de uma superação através de um retorno à ética de fidelidade à própria natureza

«Também aqui se pode considerar uma perspectiva étnica. A ética individualista corresponde indubitavelmente a um estado de mescla das linhagens. Ali onde os sangues se cruzam, as vocações confundem-se»

desnaturalizou e considera tal processo de desconhecimento da própria natureza e perda da tradição, como uma conquista e também como um progresso.

Também aqui se pode considerar uma perspectiva étnica. A ética individualista corresponde indubitavelmente a um estado de mescla das linhagens. Ali onde os sangues se cruzam, as vocações confundem-se e resulta cada vez mais difícil ver claramente a própria natureza, cresce cada vez mais a volubilidade interior, sinal inequívoco da falta de verdadeiras raízes. As mesclas étnicas propiciam o surgimento e o fortalecimento da consciência individualista, favorecendo também tudo o que é actividade “livre”, criativa em sentido anárquico, “habilidade irónica”, inteligência no sentido racionalista ou esterilmente crítico. Tudo isto conduz a uma perda das qualidades do carácter, a uma debilitação do sentimento de dignidade, de honra, de verdade, de rectidão e de lealdade. Observa-se também a nível espiritual, uma situação oblíqua e caótica, que para muitos dos nossos contem-

e, portanto a um sistema social bem distinto e articulado. Temos dito que o marxismo surgiu não porque haja uma real indigência proletária, mas ao contrário. É o marxismo que criou uma classe social, a classe operária proletarizada por desnaturalização, cheia de ressentimento e de ambições antinaturais. As formas mais externas do mal podem ser curadas com a “justiça social” no sentido de uma distribuição mais equitativa dos bens materiais. Mas estas medidas nunca alcançarão a raiz interior, se não se actuar energeticamente afirmando uma concepção geral da vida, se não se despertar o amor pela qualidade, pela personalidade e a natureza própria. Se não se devolver o prestígio ao princípio, desconhecido somente nos tempos modernos, de uma justa diferença conforme à realidade e se de tal princípio não se extraírem, em todos os terrenos, as justas consequências a respeito do tipo de civilização que prevalece no mundo moderno.

Doutrina

A Ordem da Coroa de Ferro

Julius Evola

Com a queda do Império Romano surgiram as primeiras Ordens ascéticas, nascidas da necessidade de manter e defender valores espirituais no meio do caos político e da desintegração moral da época.

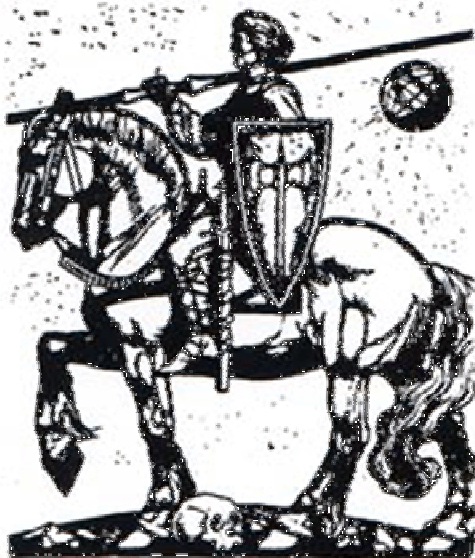
Actualmente, perante o aparecimento de uma situação similar e a crise profunda que afecta o mundo moderno, parece ser apropriado a constituição de algo semelhante. É dentro deste espírito que se insere a proposta de criação da Ordem da Coroa de Ferro. Esta designação não tem qualquer relação com a antiga coroa italiana. Foi sugerida pela ideia de uma soberania a ser definida em termos espirituais, e, ao mesmo tempo, por referência ao metal que melhor simboliza a força, a temperança e a inflexibilidade, que devem ser os traços do carácter dos homens da Ordem para a defesa do Espírito.

1. Os homens da Ordem têm, acima de tudo, o dever de ser exemplos vivos, defendendo e afirmando de modo apropriado às circunstâncias, os valores do puro Espírito, entendido como realidade transcendente, acima de qualquer valor meramente humano, acima de qualquer laço naturalista, "social" e individual.

2. As devastações que caracterizam o mundo moderno impõem aos homens da Ordem a manifestação e afirmação de tais valores, à margem de instituições e formas mais ou menos historicamente condicionadas.

Os homens da Ordem, conscientes de que actualmente não existe nenhum sistema político ou social de natureza legítima, fiel a princípios superiores, mantêm-se distantes de

todos eles. Podem, no entanto, estar presentes, e até aceitar cargos ou funções em tais instituições, desde que com o único propósito de exercer uma acção de inspiração superior, directa ou indirectamente. Quanto à distância a ser mantida em relação a todas as formas de religião, e não fazendo qualquer consideração sobre a crescente decadência e secularização dessas for-



mas, tal atitude encontra a sua justificação no reconhecimento de valores fundamentais livres de todo o condicionamento.

3. Pondo isto de lado, o mais importante é que os homens da Ordem actuem sobre o plano existencial através da sua presença e pela sua adesão absoluta à verdade, pela sua rectidão, pela sua capacidade de subordinar o homem à obra, pela inflexibilidade e rigor da sua ideia, pela sua indiferença face a qualquer reconhecimento externo ou benefício material. Reconhecendo a correspondência entre o interior e

exterior da forma humana, é desejável que os homens da Ordem sejam escolhidos entre aqueles que não têm defeitos físicos, e mesmo entre os de semblante imponente. De resto, esta regra esteve frequentemente presente nas próprias Ordens cavaleirescas.

4. Existem distorções específicas da sociedade moderna, e tomar posição contra elas é uma premissa natural e essencial de pertença à Ordem. Isto leva a estigmatizar sobretudo todas as formas de democracia e de igualitarismo, às quais se deve opor um princípio, fonte espiritual de autoridade e de hierarquia.

Qualquer mito "social" proletário e colectivista deve ser ainda mais combatido. O desprezo pelas chamadas "classes trabalhadoras" é um ponto essencial. Os homens da Ordem opõem-se do mesmo modo a qualquer prevaricação e a toda a tentativa de ascensão ao poder das forças de baixo como a qualquer conceito de escalão, de privilégio e de poder definido em termos de dinheiro e de riqueza.

O dever dos homens da Ordem é afirmar a supremacia dos valores espirituais heróicos, aristocráticos e tradicionais contra o materialismo prático, o imoralismo frívolo e o utilitarismo dos nossos tempos.

Em todas as ocasiões erguer-seão em defesa de tais valores e opor-se-ão e desmascararão o que os contradisser.

5. A Ordem reconhece a Verdade como a mais poderosa arma para a sua acção. A mentira, a falsificação ideológica, a sugestão e a acção anestesiante, exercidas por meios subtis estão na realidade na base da obra geral de subversão e de inversão de valores do mundo actual.

6. Uma vez que o centro de gravidade da Ordem não reside nem numa confissão religiosa concreta nem num movimento político, a Ordem mantém-se distante de tudo o que pretende ser “cultura” no sentido moderno, intelectualista ou profano do termo. O fundamental para o homem da Ordem é, pelo contrário, em primeiro lugar, um modo de ser; em segundo lugar, uma dada visão da vida concebida como expressão desse “ser”; em terceiro lugar, os elementos de estilo para um comportamento pessoal de rectidão e de coerência da existência e a norma para o domínio da acção.

7. Correntes e famílias de ideias podem ser apoiadas, inspiradas ou favorecidas, segundo as circunstâncias e as situações pela Ordem, sem que esta se revele. A Ordem procurará agir sobre o plano das causas e não sobre o plano dos efeitos e da exterioridade.

8. Toda a Ordem apoiará cada homem da Ordem.

Cada membro da Ordem terá o dever de apoiar, por qualquer meio, qualquer outro membro da Ordem, não enquanto indivíduo mas enquanto defensor da Organização. Cada membro da Ordem deve tornar-se um centro de influência num dado círculo, e a unidade da Ordem exprimirá, confirmará e fortalecerá a relação profunda, natural, existente em potência entre os elementos, células ou centros de acção convergentes movidos, interiormente, pela mesma ideia.

Das qualificações

1. Apenas os homens poderão ser admitidos na Ordem. Não devem ter menos de 21 anos, devem estar livres de defeitos físicos e de tudo o que, no plano psicossomático, possa prejudicar o prestígio moral do candidato.

2. A Ordem pressupõe individualidades que, possuindo pelo menos potencialmente a mesma qualificação interior, vocação e mentalidade, se encontram já em graus diversos da mesma linha de consciência espiritual.

A pertença à Ordem requer, em todo o caso, um compromisso preci-

so e jurado, atestando a prontidão para colocar em primeiro lugar, e em todas as situações, a ideia, por oposição a qualquer laço sentimental, emocional e familiar, às preferências pessoais, aos interesses materiais ou às ambições sociais.

Não se exige nenhuma renúncia aos homens da Ordem, mas sim um desprendimento interior no que diz respeito à sua própria situação, qualquer que seja, no mundo profano.

3. A pertença a uma comunidade precisa ou a uma confissão religiosa não é incompatível com a pertença à Ordem, desde que a esta seja dada primazia em caso de conflito.

4. É desejável que, na formulação dos princípios superiores, os homens da Ordem aspirem às realizações correspondentes e que, neste sentido, procurem contactos com os estados superiores do ser que constituíram o objecto das disciplinas operativas de natureza iniciática.

Das dignidades e da organização da Ordem

1. A Ordem tem dois aspectos: um interno e outro externo. Em relação ao aspecto externo, todos os membros da Ordem têm uma dignidade igual correspondente à designação ou ao título de “Homem da Ordem da Coroa de Ferro”. No plano organizacional, a Ordem é regida e dirigida por um Conselho dos Mestres da Ordem, composto por sete membros, com um “Grão-Mestre da Ordem”. Estes membros repartem entre si os deveres de carácter geral no plano das realizações e da disciplina, conforme definidos progressivamente durante as sessões do Conselho.

2. O aspecto interno da Ordem corresponde ao domínio puramente doutrinário e consiste em três graus, relacionados com o estado de realização espiritual de cada indivíduo.

Esta articulação não tem necessariamente correspondência com o domínio que acabamos de referir no ponto anterior, contudo, pelo menos quatro dos membros do Conselho dos Mestres têm também de possuir o mais alto grau da hierarquia interna da Ordem.

A este aspecto e ao trabalho no

plano do conhecimento da qualificação progressiva face aos critérios da Tradição, será consagrado um capítulo especial.

3. Compete ao Conselho decidir a admissão na Ordem, com a escolha e investidura directa de elementos distintos considerados dignos.

Não se exclui a possibilidade de adesões “ex officio”. Tal personalidade pode ser declarada como fazendo parte da Ordem (com tudo o que isso implica), mesmo não tendo qualquer relação directa com ela.

4. A pertença à Ordem não implica obrigações financeiras. Ofertas ou donativos serão permitidos, ficando à disposição do Conselho, que os usará exclusivamente para os objectivos impessoais da Ordem.

5. O título de “Homem da Ordem” é potencialmente hereditário no sentido de que quem o possuir pode decidir transmiti-lo ao primogénito da sua família, a fim de que a tradição do seu sangue seja também a de uma forma precisa e de uma influência espiritual, na continuidade de uma mesma acção.

6. Os membros do Conselho dos Mestres são os fundadores da Ordem. O Conselho decidirá da sucessão caso surja uma morte ou a desqualificação de um dos membros. Cada um dos membros do Conselho tem o direito de propor a quem quiser a transmissão da sua função e ser o continuador da sua obra. Caberá ao Conselho a última palavra sobre esta matéria.

7. A Ordem tem essencialmente o carácter de uma sociedade viril (Mannerbünd). Consequentemente, tudo o que tenha a ver com a noção de família é-lhe indiferente.

8. Os membros da Ordem podem seguir uma linha de liberdade sexual, desde que isto não signifique subserviência ao sexo.

9. Embora as mulheres não possam pertencer à Ordem enquanto membros, mulheres jovens podem constituir uma “terceira classe” à disposição dos homens da Ordem, para uso comunitário e não possessivo (remetemo-nos às considerações de Platão sobre a casta guerreira no seu Estado ideal), sendo tomadas medidas para evitar a fecundação.

Doutrina

Símbolos da Tradição: a Acha

Julius Evola

Já tivemos a ocasião de expor como no mundo das origens, onde faltam os chamados testemunhos “positivos” ou perante a sua ambiguidade, o *símbolo* e o *mito* podem muitas vezes oferecer um fio condutor precioso para uma exploração mais profunda do que superficial. Esta perspectiva foi admitida, e não é de hoje, pelo “racismo alemão”, sobretudo quando este se propôs completar as suas pesquisas antropológicas e biológicas com uma espiritualidade e uma “visão do mundo” que lhe permitisse afirmar novamente os princípios no domínio da história das religiões, da mitologia comparada, das tradições primordiais e das sagas. Em Itália, este terreno permanece praticamente virgem. E no entanto, num mundo como o da antiga península itálica que, desde a mais longínqua pré-história, sofreu a influência de civilizações e povos muito diversos, e que muito raramente oferecem um paralelismo rigoroso entre a pureza étnica e as tradições correspondentes, uma pesquisa assimilando o símbolo e o mito a um documento, poderia obter resultados de singular importância.

Naturalmente que para isso é necessário uma qualificação adequada e um olho particularmente treinado. Assim como a língua, um símbolo e um mito numa raça podem ser transmitidos a outras raças, numa civilização para outra, modificando-se de certa maneira de *função*, servindo de suporte a outras significações diferentes das que tinham normalmente na sua origem. É portanto necessário saber-se orientar e integrar tudo o que este tipo de pesquisa pode trazer de conhecimentos sólidos de ordem tradicional.

Este será o nosso ponto de partida para certas considerações que queremos aqui fazer a propósito de alguns símbolos, cuja presença no antigo mundo itálico e depois romano, testemunham, à sua maneira, a existência numa tradição original e

de tipo nórdico-ariano ou, como preferimos dizer, “hiperbóreo”. Preferimos utilizar este termo para prevenir qualquer falsa interpretação ou apreensão justificada. Falando em “nórdico-ariano” poderia pensar-se que aderimos às teses pangermanistas e que, por isso, reconheceríamos que aquilo que temos de mais valioso no nosso povo e na nossa tradição deriva de raças puramente nórdicas e nórdico-germânicas. Utilizado como nós o fazemos, “hiperbóreo” tem uma outra extensão. Refere-se a um tronco absolutamente primordial, base global do grupo de povos e civilizações arianas, das quais as raças nórdico-germânicas não são mais que uma ramificação particular. As forças originais criadoras das civilizações da Índia antiga, do Irão e da primeira Hélade e de Roma, podem reivindicar uma origem idêntica e

«Hiperbóreo refere-se a um tronco absolutamente primordial, base global do grupo de povos e civilizações arianas, das quais as raças nórdico-germânicas não são mais que uma ramificação particular.»

pelo menos uma igual dignidade.

Este ponto estabelecido, os principais símbolos do antigo emaranhado que desejamos examinar e compreender na sua significação mais profunda e mais pura são: a acha, o lobo, o cisne, a águia e a cruz radial. Para este exame é necessário empregar o método comparativo, aplicado ao conjunto do ciclo das civilizações e dos mitos arianos: aquilo que nos oferece uma destas tradições arianas e aquilo que encontramos em outra é então integrado, confirmado e posteriormente esclarecido.

No presente artigo limitar-nos-emos à *Acha*. A *Acha* é um dos sím-

bolos mais característicos da tradição hiperbórea primordial. Os seus traços levam-nos à mais longínqua pré-história segundo alguns, segundo outros à última época glaciária, e pelo menos a um período paleolítico. Numa obra recente, Paulsen, escreveu cartas ilustrando a larga difusão da *Acha hiperbórea*, situada em diversos locais pré-históricos da Europa. O tipo mais antigo é o da “acha sideral” em quartzo ou ferro meteórico, quer dizer, uma “substância caída do céu”. É sem dúvida certo que o uso destas achas siderais era sagrado e ritualizado. Considerando-se a substância da qual eram feitas, estas Achas siderais levam-nos finalmente ao simbolismo mais abrangente das “pedras divinas”, das “pedras caídas do céu” que tiveram uma grande importância em todos os locais da antiguidade onde se criou um centro tradicional: desde o Omphalos de Delphos à “pedra do destino” – *liagail* – das antigas tradições britânicas, da *ancilla*, confeccionada na Roma antiga, feita de pedras caídas do céu e com o significado de aval de soberania, *pignus imperii*, até ao Graal, que segundo a tradição conservada por Wolfram von Eschenbach é igualmente uma pedra caída do céu.

No caso da *Acha*, este simbolismo genérico toma uma significação especial em relação estreita com uma tradição heróica e sagrada. As pedras dos meteoros simbolizavam também o “raio” (daqui a expressão “pedra de raio”), a força celeste fulminante, significado que se estendia à *Acha sideral* pré-histórica: tal como o raio, ela quebra e corta. Tal é a base da significação que a *Acha*, arma e símbolo, teve nas tradições arianas e nórdico-arianas, dos hiperbóreos primordiais até à Roma antiga e à época dos Vikings.

Na concepção ariana de guerra – da qual já falamos muitas vezes – o elemento material é inseparável do elemento espiritual, transcendente. Em toda a luta ou conquista, o antigo ariano via o reflexo de uma luta metafísica, do eterno conflito entre



as forças olímpicas e celestes da luz contra as forças obscuras e selvagens da matéria e do caos. A Acha, como arma e símbolo, está estreitamente ligada a estes significados. A Acha aparece como uma arma “celeste” empunhada, seja pelo guerreiro ou conquistador hiperbóreo, seja pelo sacrificador ou sacerdote. Remontando a uma longínqua antiguidade, podemos ver nos desenhos rupestres de Fossùm (Suécia), numerosas figuras empunhando achas, entrecruzadas com símbolos solares. É interessante observar estas convergências.

Estes antigos símbolos nórdicos correspondem a traços ainda mais antigos, os da civilização franco-cantábrica de Madeleine ou de Cro-Magnon (aproximadamente 10.000 anos antes da nossa era), civilização dita do “Reno”, que na nossa opinião, se estendeu até à região ligure. Por outro lado, nos vestígios arcaicos da civilização ítalo-ligure, voltamos a encontrar a Acha acompanhada de símbolos solares e hiperbóreos, como o cisne e a cruz radial (suástica). Franz Altheim demonstrou recentemente a correspondência entre os traços pré-históricos de Val Camonica e as jazidas suecas. Encontramos

também, nesta região italiana, figuras rupestres onde figuram a acha simbólica e um símbolo solar e astral análogo. A este propósito, Altheim chegou mesmo a falar duma verdadeira “migração dórica em Itália”, de tal maneira lhe pareceu evidente a semelhança entre a civilização que deixou estes traços no norte de Itália e que viria a conduzir, por vias enigmáticas, à criação de Roma, e a dos dórios na Grécia, cuja conclusão seria Esparta.

Quanto ao significado espiritual da “acha sideral”, encontramos-na novamente no culto nórdico-ariano de Thor. Thor é uma figura divina que tem por atributo duas armas que, no fundo, se equivalem: a Acha e o martelo de duas cabeças, *mjólnir*. As duas armas são análogas pois o martelo representa a força do raio, tal como a Acha; aliás, o martelo duplo, até pela sua forma se confunde com a Acha de duas lâminas, emanando do mesmo simbolismo e remetendos especificamente para a tradição hiperbórea. Thor combate com esta arma as “forças elementares”, os *Elementarwesen*, que tentam apropriar-se das forças celestes (simbolicamente a “Lua” e o “Sol”); é também com ela, que no grupo dos

“heróis divinos” ou Ases, ele luta contra o “obscurecimento do divino”, o *ragna-rokkr*, que não deve ser confundido com o crepúsculo dos deuses de Wagner, mas entendido como um eco mítico do fim trágico dum ciclo de civilização e de tradição de origem hiperbórea.

Através da história e até à época dos Vikings, Thor aparece como um deus guerreiro. Os Vikings aceitavam que as virtudes divinas do Thor, a sua força e poder, se transmitiam de certa maneira àqueles que tinham escolhido o seu emblema, a Acha, como símbolo da presença da divindade. Esta crença era a base da realeza nórdica. Os reis nórdicos, dinamarqueses e suecos, tinham na Acha o símbolo do seu poder e da sua dinastia – podemos vê-la nos estandartes das tropas de Sven da Dinamarca partindo à conquista da Inglaterra numa miniatura de Mathieu de Paris; ela foi conservada nas armas da realeza da Noruega, onde a Acha, e não o leão, é o elemento mais significativo e mais original. O prestígio místico do símbolo hiperbóreo foi de tal maneira grande no Norte que, aquando da cristianização, a nova Fé não o pôde remover: estamos a pensar num culto muito difundido no

Norte, o de Santo Olaf, que é uma espécie de reincarnação cristã de Thor. Tal como Thor, o Santo Olaf tem uma barba dourada e carrega uma Acha, e tal como ele é o protector mítico do país, tendo-se tornado o “rei eterno da Noruega” – *Rex Perpetuus Norvegiae* – de tal maneira que os soberanos que lhe sucederam pensavam reinar em seu nome.

Por outro lado, a relação entre o poder supremo e a consagração transcendente pelo signo hiperbóreo da Acha encontra-se em Itália através dos Ligures, entre os quais a Acha esteve igualmente relacionada com a realeza; finalmente, a Acha fazia parte do símbolo dos *lictors* da Roma antiga, símbolo do poder e do direito, de que muitos ignoram a significação primordial, eminentemente sagrada, interpretando-o apenas em termos jurídicos e políticos, ou seja, em termos profanos e seculares.

Encontramos a confirmação destas significações noutras tradições arianas. Recordaremos a de Paraçurâma (indo-ariana): Râma tem a Acha. É com a acha hiperbórea de dupla lâmina que – segundo as tradições transmitidas numa maneira mais ou menos mítica pelo Mahâbhârata – este herói divino ou chefe criador de civilização, na época em que seus progenitores habitavam ainda uma região setentrional, extermina os *mlecchas*, raça de titãs, casta guerreira degradada que tinha tentado usurpar a suprema autoridade espiritual.

Dentro do ciclo mediterrâneo, a figura de Zeus Labraundos, ou Júpiter com a Acha dupla, recorda a relação existente entre a Acha e o Raio, arma particular deste deus olímpico. O Raio é a força utilizada por Zeus para abater os Titãs e os Gigantes aquando da sua tentativa de invadir o Olimpo, mito este que reflecte também o tema da “guerra metafísica eterna”, característica da espiritualidade heróica e ariana, e da recordação dos conflitos entre as diferentes espiritualidades e raças da mais antiga Hélade. É sobre estas bases que a Acha foi considerada como um símbolo da espiritualidade heróica ariana. As linhagens arianas primordiais utilizaram-na nas suas incursões guerreiras, que eram para elas a dramatização e a continuação da luta metafísica velada pelo mito. A Acha

figura nesta mesma época nos rituais destinados a evocar e a determinar graças ao sacrifício, as forças invisíveis. Mais tarde, quando o conceito “sagrado” se desloca, identificando-se numa outra ordem de ideias, com o de “santo”, a Acha perde, pouco a pouco, a sua significação inicial e resvala ao nível de arma e instrumento sem alma.

De volta ao mundo antigo medi-



terrâneo, é muito significativo reencontrar a Acha, mas modificada, entre as mais antigas jazidas dos cultos da civilização pélasgica: as achas modificadas são oferecidas à divindade numa inversão do seu significado, que em relação ao culto ariano, é quase satânica. Na realidade a civilização pélasgica pertence ao Mediterrâneo pré-ariano e pré-helénico, a um ciclo religioso dominado pela figura de uma mulher divina, num culto onde as mulheres e homens efeminados tinham um lugar fundamental. Dentro deste ciclo, Zeus deixa de ser um deus olímpico para se tornar numa espécie de demónio sujeito à morte (em

Creta aparece no túmulo). Aqui, a figura do deus das águas e do fogo subterrâneo mistura-se com o culto dos seres da flora selvagem e do reino animal, e num outro plano, mistura-se com a moralidade e os costumes semítico-asiáticos, marcados por uma violência confusa, dionisiaca e afrodisiaca dum êxtase desordenado.

A Acha, no mundo mediterrâneo antigo e pré-ariano, é anexada a divindades femininas e às Amazonas; detalhes significativos, pois sabemos que as Amazonas, “mulheres viris” e guerreiras, não são mais do que a figuração mítica, através dum símbolo, da tentativa de formas “femininas” de espiritualidade suplantarem a tradição heróico-solar e “celestial” de origem hiperbórea. Mas o mito fala-nos também de Heracles, o herói particularmente representativo dos dório-aqueus, e de outros heróis aliados ao poder olímpico, que combateram as Amazonas, matando a sua rainha e tendo recuperado entre os troféus das suas vítimas, entre outros, a Acha, o símbolo hiperbóreo usurpado. O mito não poderia ser mais claro.

Seria fácil indicar modificações análogas na trama da história itálica antiga e na de Roma: conflitos entre as forças profundas das raças, as forças humanas e divinas que há muito tempo atrás, se manifestaram sob diferentes formas políticas, sociais e religiosas. Por exemplo, a civilização etrusca é geralmente considerada como pertencente ao ciclo mediterrânico-oriental das raças pré-arianas, contra a qual a Hélade dórica tinha já lutado. Roma, que inclui a Acha, símbolo etrusco, nos emblemas dos *lictors*, sinal de poder, repete quase identicamente o gesto vingador que o mito atribui a Hércules e que acabamos de recordar. Tudo o que Roma realiza de grande, ela o realiza através de um esforço tenaz de purificação e de superação dos elementos itálicos não-arianos misturados, na sua origem, com as forças da tradição ariana e nórdico-ariana. Acha, Lobo, Águia, Cruz Radial, etc. – os símbolos dos conquistadores hiperbóreos fazem a sua reaparição no seio da grandeza romana, como os sinais silenciosos do seu “mistério”.

Evocação

José António e Codreanu: Mártires do Ideal*

Segundo Maurice Bardeche, “os fascistas preferem os seus mártires aos seus ministros”. Será por isso que nos encontramos aqui hoje a recordar José António e Codreanu? Talvez também por isso, mas não só por isso...

José António Primo de Rivera e Corneliu Zelea Codreanu: o que têm em comum estas duas figuras trágicas do fascismo europeu de entre guerras? Mais, muito mais, do que poderia parecer à primeira vista. José António espanhol, Codreanu romeno, ambos latinos (de Ocidente e Oriente), ambos cristãos (um católico, o outro ortodoxo, ambos defensores de uma concepção ascética da religião), ambos líderes políticos revolucionários, na verdadeira acepção da palavra, ambos portadores de uma concepção superior (transcendente) do homem, ambos desejosos de assistir ao nascimento de um “Homem Novo” (na realidade um homem tradicional...), ambos defensores da “nacionalização” das massas trabalhadoras (através do nacional-sindicalismo no caso espanhol e do socialismo nacional cristão no caso romeno) e, finalmente, ambos mártires da sua Causa. O seu sacrifício e exemplo inspirador fazem com que, ainda hoje, tenham seguidores não só nos seus países, mas também muito além das respectivas fronteiras.

* * *

José António nasceu em 1903, no seio de uma família conservadora-monárquica. Seu pai, o General Primo de Rivera, havia em 1922 liderado um golpe de Estado, proclamando-se ditador; a sua ditadura não duraria, no entanto, muito tempo.

Diz-nos Muñoz Alonso que: “Nem pela ascendência familiar, nem pela



José António Primo de Rivera

formação académica, nem pela sua vocação, nem pelos seus usos e hábitos sociais, nem pelo seu temperamento, por nada disto José António pareceria destinado a representar a exigência e a origem motriz de um sindicalismo capaz de vertebrar os trabalhadores. José António venceu a batalha da vida consigo próprio, lutando contra as suas inclinações mais profundas”.

O que leva então o jovem José António a assumir a luta política, a lutar “contra as suas inclinações mais profundas”? Em primeiro lugar defender a honra e memória de seu pai, General Primo de Rivera, diariamente denegrada e emporcalhada. É assim que em 1931, em artigo publicado no jornal ABC proclama: “O povo de Madrid negar-me-á os seus votos? Mais um deputado republicano ou socialista não faz falta nas Cortes, porque nem a República nem o Partido Socialista têm falta de quem os defenda. Mas a memória do

meu pai, sim. E este povo madrilenho – que o meu pai tão bem entendia e com quem tão cordialmente comunicava – não pode deixar que o conde-nem sem antes ouvir a sua defesa. Um lugar nas Cortes para defender a memória do meu Pai!”

Progressivamente, durante o período que vai de 1931 a 1933, a sua “consciência do momento histórico em que vivia” acentua-se, levando-o à fundação da Falange em Outubro de 1933. Já não é a defesa da memória do pai que o move, mas sim a ideia de serviço: serviço a Espanha e a um Ideal redentor. É assim que no discurso fundacional da Falange, a 29 de Outubro de 1933, proclama: “O nosso movimento não é apenas uma maneira de pensar, é uma maneira de ser. Não nos devemos propor apenas a construção, a arquitectura política. Temos que adoptar, perante a vida, em cada um dos nossos actos, uma atitude humana, profunda e completa. Esta atitude é o espírito de serviço e sacrifício, o sentido ascético e militar da vida. Assim sendo, que ninguém pense que aqui recrutamos para oferecer recompensas; que ninguém pense que nos reunimos para defender privilégios.”

De facto, a Falange não pretende defender privilégios, nem manter o *status quo*. Pelo contrário, pretende a superação revolucionária da situação presente. Criticando ao mesmo tempo o liberal-capitalismo e o comunismo, a Falange e José António pretendem, através do nacional-sindicalismo, “a substituição do capitalismo”, que “só poderá dar-se quando forem alteradas (...) as formas e os centros do poder dentro da empresa; isto é, quando a empresa capitalista der lugar à empresa, de propriedade sindical ou não, em que é destruído o dualismo expresso no

* Texto publicado no blogue Legião Vertical—<http://legiaovertical.blogspot.com>.

contrato de trabalho”.

Não tardaram as acusações de bolchevista... Aos que o acusam de bolchevismo José António dá uma resposta cabal: “O anti-bolchevismo é a posição que contempla o mundo sob o signo do espiritual. Estas duas atitudes, que hoje em dia se chamam bolchevismo e anti-bolchevismo, sempre existiram. É bolchevista todo aquele que procura vantagens materiais para si e para os seus dê por onde der; é anti-bolchevista aquele que está disposto a privar-se de satisfações materiais para sustentar valores de qualidade espiritual. Os velhos nobres, que pela religião, pela pátria e pelo Rei comprometiam as suas vidas e os seus bens, eram a negação do bolchevismo. Os que hoje, perante um sistema capitalista que grunhe, sacrificamos comodidades e vantagens materiais para conseguir um reajuste do mundo sem que o espiritual naufrague, somos a negação do bolchevismo. (...) Pelo contrário, aqueles que se aferram ao gozo de infinitas opulências gratuitas, os que consideram mais urgente a satisfação da sua superfluidade que o socorro da fome de um povo, esses sim, intérpretes materialistas do mundo, são os verdadeiros bolchevistas. E com um bolchevismo de espantoso refinamento: o bolchevismo dos privilegiados”.

Nesse mesmo discurso fundacional diz também o seguinte: “Queremos menos palavreado liberal e mais respeito pela liberdade profunda do homem. Porque apenas respeitamos a liberdade do homem quando o consideramos, como nós o fazemos, portador de valores eternos; quando o consideramos revestimento corporal de uma alma que é capaz de se condenar e de se salvar. Apenas quando o homem é assim considerado, se pode dizer que se respeita de verdade a sua liberdade, e ainda mais se essa liberdade se conjuga, como nós pretendemos, num sistema de autoridade, de hierarquia e de ordem”.

Infelizmente, a actividade frenética de José António, enquanto líder e militante, e também a sua morte precoce, com apenas 33 anos e apenas três anos após a fundação da Falange, não permitiram a sistematização do seu pensamento, disperso por artigos, ensaios e discursos, qua-

se todos marcados pelas vicissitudes políticas do momento. No entanto, pensamos não errar ao afirmar que a concepção do homem enquanto portador de valores eternos, o sentido ascético e militar da vida (o “homem metade monge, metade soldado” de que falava), o espírito de serviço e sacrifício, a ideia de autoridade, hierarquia e ordem constituem o núcleo fundamental do pensamento político de José António.

* * *

Já Codreanu, nascido em 1899 (mais velho que José António apenas 4 anos), parece ter tomado consciência da necessidade do combate político mais cedo, talvez por influência familiar (seu pai, Ion Zelea Codreanu, era um destacado militante nacionalista). Em 1916, quando a Roménia entrou na I Guerra Mundial, o jovem Codreanu, apesar de não ter idade suficiente, tentou alistar-se. Não o podendo fazer, fugiu de casa para se juntar a seu pai na frente de combate.

Em 1919 muda-se para Iasi, para prosseguir os seus estudos universitários de direito. É aí que conhece o professor Cuza, destacado intelectual nacionalista, com o qual viria a fundar mais tarde, em 1923, a Liga de Defesa Nacional Cristã. É também aqui que, pela primeira vez, toma contacto directo com a subversão judeo-bolchevique. No final desse ano de 1919 junta-se à Guarda da Consciência Nacional, uma efémera organização nacionalista dirigida pelo operário Constantin Pancu. É no seio deste grupo que nasce a ideia de um “socialismo nacional cristão”. Segundo Codreanu: “Não basta derrotar o comunismo. Temos de combater pelos direitos dos trabalhadores. Eles têm direito ao pão e à honra. Temos de lutar contra os partidos oligárquicos, criando organizações nacionais de trabalhadores que possam obter os seus direitos no seio do Estado e não contra o Estado”.

Codreanu descreve-nos assim o início da sua actividade política: “Não sou capaz de definir com entrei na luta. Provavelmente como um homem que, caminhando pela rua, com as suas preocupações, as suas necessidades e os seus pensamentos, sendo surpreendido pelo fogo que consome uma casa, tira o seu

casaco e corre a ajudar as vítimas das chamas. Com o senso comum de um jovem de vinte e poucos anos, a única coisa que podia compreender em tudo o que via à minha volta, era que estávamos a perder a Pátria, que não teríamos mais uma Pátria, que, com o apoio inconsciente dos miseráveis, os empobrecidos e explorados trabalhadores romenos, a horda judaica nos varreria. Comecei com um impulso do meu coração, com esse instinto de defesa que até o mais baixo verme possui, não com o instinto de auto-preservação, mas de defesa da raça à qual pertencço.”

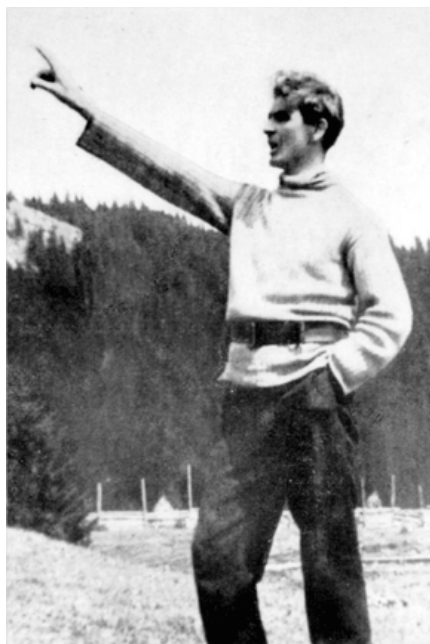
Em 1922 participa na fundação da Associação de Estudantes Cristãos. Nesse mesmo ano muda-se para a Alemanha, para prosseguir os seus estudos, inscrevendo-se na Universidade de Berlim. É aqui que ouve falar pela primeira vez de Adolf Hitler e do nacional-socialismo. No entanto, no final desse ano, a 10 de Dezembro, os estudantes romenos entram em greve, exigindo melhores condições de vida, mas também a imposição do *numerus clausus*, visando limitar a presença judaica nas universidades; Codreanu apressa-se a regressar ao seu país para participar no movimento. Durante esta greve Codreanu convence-se que a altura é propícia à criação de um movimento de base mais ampla, e não apenas estudantil, o que o leva a fundar, em 1923, juntamente com o professor Cuza a Liga de Defesa Nacional Cristã.

Infelizmente a Liga parece estagnar e perder-se em disputas internas. Quando em 1927 Codreanu regressa de Grenoble, onde prosseguira os seus estudos, decide começar de novo, fundando, a 24 de Junho de 1927, juntamente com alguns camaradas enrijecidos pelas inúmeras passagens que já todos tinham pelas cadeias romenas, a Legião de São Miguel Arcanjo. Nasce assim o Movimento Legionário, que mais tarde seria também conhecido pelo nome de Guarda de Ferro.

A década seguinte será marcada por sucessos eleitorais e por um clima de extrema violência política e arbitrariedade de parte a parte. A cada golpe infligido pelo regime político romeno, a cada arbitrariedade e violência, a Legião não hesita em responder na mesma moeda; os assassinatos e atentados sucedem-

se. Tornar-se-ia fastidioso enumerar aqui todos os episódios de violência que ocorreram neste período... De qualquer maneira, aquilo que verdadeiramente nos interessa é a doutrina legionária, e não tanto as vicissitudes do seu combate.

Codreanu deixou alguns livros em que expõe a sua doutrina. De entre eles destacaremos os livros “Guarda de Ferro” e “Manual do Chefe”. O primeiro consiste numa autobiografia e história do Movimento Legionário, expondo simultaneamente a doutrina legionária. O segundo é, como o nome indica, um manual para todos os chefes de “cuib” (literalmente, ninho; o “cuib” era a célula base do Movimento Legionário); por entre indicações meramente práticas, como o tamanho dos estandartes ou as informações a incluir num relatório, encontramos também a exposição dos princípios legionários. E que princípios são esses? O melhor é deixarmos o próprio Codreanu falar: “O homem compõe-se de um organismo, ou seja, de uma forma organizada, depois de forças vitais, depois de uma alma. Podemos dizer o mesmo de um povo. E a construção nacional de um Estado, se bem que abranja naturalmente estes três elementos, por razões de vária ordem e diferentes heranças, pode sobretudo assumir especialmente um ou outro destes aspectos. (...) Daí vem o carácter dos diferentes movimentos nacionais, que, ao fim e ao cabo, compreendem os três elementos e não deixam nenhum de lado. O carácter específico do nosso movimento vem-nos de uma antiga herança. Já Heródoto chamava aos nossos pais: “os Dácios Imortais”. Os nossos ancestrais geto-trácios tinham fé, inclusivamente antes do cristianismo, na imortalidade e indestrutibilidade da alma, o que prova a sua orientação em direcção à espiritualidade. A colonização romana acrescentou a este elemento o espírito romano de organização e de forma. (...) E é esta herança que o movimento legionário quer des-pertar (...) Partindo do espírito, quer criar um homem espiritualmente novo. Realizando esta tarefa enquanto “movimento”, aguarda-nos o despertar da segunda herança ou seja, a força romana politicamente formadora. Assim, o espírito e a religião são, para nós, o ponto de partida, o “nacionalismo construtivo” é o



Corneliu Zelea Codreanu

ponto de chegada, uma simples consequência. A ética simultaneamente ascética e heróica da Guarda de Ferro consiste em reunir um e outro ponto”.

Aqui está, resumida pelo próprio Codreanu, a doutrina legionária. Deixemo-lo falar mais uma vez, apenas para reforçar a ideia central do seu movimento: “Este país morre por falta de homens, não por falta de programas... Por outras palavras, o que precisamos não são programas, mas homens, homens novos.”

* * *

Já vimos, ainda que sumariamente, a vida e a doutrina destes dois mártires. Falta-nos apenas falar da sua morte; e também aqui, no momento da morte, os seus percursos se cruzam.

José António é assassinado na manhã de 20 de Novembro de 1936, com apenas 33 anos. Desde Fevereiro de 1936 ele e outros líderes da Falange encontram-se encarcerados e o seu movimento proibido. O *Alzamiento* de 18 de Julho de 1936 encontra-o, portanto, na prisão e incomunicável. A 17 de Novembro é julgado na prisão de Alicante, juntamente com o seu irmão Miguel e a cunhada Margot, acusados de “rebelião militar”. Conta-nos o seu irmão Miguel que “Um dos homens que formavam o grupo de assassinos de José António, quando este se dirigia para junto do muro do pátio, dis-

posto a receber a descarga, fixou os olhos no sobretudo de meu irmão. “Que bom agasalho levaste!” – disse-lhe. José António, com naturalidade, respondeu-lhe: “Toma-o.” “Não, não, quando morreres.” José António sorriu, tirou o sobretudo e entregou-lho. No pátio estavam os que iam morrer com ele. Apontavam as armas e o barulho dos disparos confundiu-se com a voz do chefe da Falange que soltava o seu último “Arriba España”. Não tinham passado cinco minutos desde que abandonara meu irmão e ao transpor a porta da cela ouvia a descarga que punha termo à sua existência. Antes que pudesse dar ao pelotão a ordem de disparar, José António gritou como nunca ouvi gritar: “Arriba España!”

Codreanu, por seu turno, foi assassinado pelos inimigos da sua pátria na noite de 29 para 30 de Novembro de 1938; tinha portanto, 39 anos. As condições da sua morte são ainda mais sinistras do que as que rodearam a morte de José António.

Nas eleições de 1937 o Movimento Legionário conseguiu um excelente resultado, tornando-se um dos maiores partidos da Roménia. O Rei, perante a possibilidade da Guarda de Ferro chegar ao poder e receoso do potencial revolucionário do partido, e após permitir a constituição de um governo que excluísse a Guarda, decide, no início de 1938, proibir todos os partidos, aprovar uma nova constituição de tipo “fascista” e instaurar uma ditadura pessoal. Desencadeia-se imediatamente a perseguição aos líderes legionários. Codreanu é preso em Abril de 1938, acusado de insultar um ministro e conspirar contra o Estado, sendo condenado a 10 anos de prisão. Na noite de 29 de Novembro, por ordem expressa do Rei, Codreanu e outros 13 líderes legionários são retirados das suas celas e levados para um bosque, onde são enforcados e posteriormente fuzilados. A sua morte é, oficialmente, atribuída a uma tentativa de fuga.

José António e Codreanu, através do seu exemplo de idealismo e abnegação, são ainda hoje uma inspiração para todos os defensores da Pátria, da Raça e da Tradição.

José António e Codreanu: Mártires do Ideal; Ontem, hoje, sempre: *Presentes!*

A Legião é a nossa Ordem

Vestimos uniforme e não somos soldados,
Marchamos e não somos soldados,
Treinamos, lutamos, e não somos soldados,
Obedecemos e não somos soldados,
Ordenamos e não somos soldados,
A disciplina é nossa vida e não somos soldados,
Honramos os nossos camaradas e não somos soldados,
Combatemos, vencemos, morremos e não somos soldados.

Oramos e não somos monges,
Jejuamos e não somos monges,
Penitenciamo-nos e não somos monges,
Cumprimos o Rito e não somos monges.

Sou Guerreiro, sou Legionário,
Metade monge, metade soldado!

